

3 SET 1991

# Mudança de Estilo

JORNAL DO BRASIL

Con - Crant

A profundidade e a clareza das medidas econômicas propostas no conjunto de emendas constitucionais deveriam ser suficientes para afastar o temor que se incrustou na sociedade brasileira nos últimos 20 anos: o casuismo do governo na criação de uma nova taxa (para não ferir o princípio constitucional da anualidade dos tributos) ou mesmo na elevação das alíquotas dos impostos, para não falar de mudanças bruscas no câmbio e na política monetária.

Se o Brasil está discutindo politicamente as profundas mudanças na economia, deve isto à formação jurídica e à compreensão do papel moderno do Estado adquiridas pelo embaixador Marcílio Marques Moreira na convivência com San Tiago Dantas — um pensador e estadista, junto a quem o ministro da Economia serviu no início de sua vida pública, nos ministérios do Exterior e da Fazenda.

Os agentes econômicos brasileiros estão há tanto tempo viciados e condicionados aos casuismos elaborados nos ministérios da área econômica, que ainda não perceberam que o comando do Ministério da Economia não saiu apenas das mãos de uma jovem mulher para a de um homem maduro, com sólida experiência de negociação política interna e externa. De alguma forma, há quem sinta

saudade dos editos econômicos quase diários do governo. Isso está acabando na gestão do atual ministro, de acordo com a decisão deste governo de desregulamentar a economia.

O que ocorreu de fato foi a troca da figura de gerentes econômicos — que se sucediam em casuismos para atender esse ou aquele segmento empresarial, mas principalmente às próprias necessidades do Estado, há quase 24 anos no comando dos Ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Indústria e do Comércio (desde o ano passado enfeixados no Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento) — por um ministro com visão de governo voltada para o futuro.

A concretização de reformas profundas e necessárias, como a limitação da Previdência Social às camadas mais pobres e a abertura para as seguradoras, montepios e fundos de pensão das empresas cuidarem das aposentadorias acima de três salários mínimos, dependerá do apoio político a ser conseguido pelo governo no Congresso e perante a sociedade. Mas essa não é a tarefa de um ministro da Economia, que deve apenas cuidar de cumprir o orçamento, para assegurar a estabilidade econômica, e da simplificação tributária para os cidadãos e as empresas.